

A POSSE DE CONHECIMENTO É CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA ASSERÇÃO APROPRIADA?

Daniel Ramos dos Santos¹

Secretaria de Estado da Educação (SEED – SERGIPE)

 <https://orcid.org/0009-0006-8975-2517>

E-mail: danielramos5@yahoo.com.br

RESUMO:

Neste artigo, considero dois contraexemplos de Jennifer Lackey (2007) à norma do conhecimento da asserção (NCA) para defender que essa norma não é fundamental para o ato de asserir de modo epistemicamente apropriado. Os dois contraexemplos considerados envolvem o que Lackey chama de asserções altruístas e asserções enganadoras. As asserções altruístas são asserções epistemicamente adequadas, mas que são feitas sem crença ou com algum abalo na confiança da crença, sendo assim, são asserções apropriadas sem envolver o conhecimento da proposição asserida, o que indica que a NCA não é fundamental. As asserções enganadoras, por sua vez, são asserções feitas com o conhecimento da proposição asserida, mas que o responsável pela asserção sabe que sua asserção levará seu interlocutor a gerar crenças falsas, por isso esse tipo de asserção deveria ser proibido, no entanto, a NCA não pode proibi-las pois envolvem conhecimento. Isso também indicaria que a NCA não é fundamental para asserção apropriada.

PALAVRAS-CHAVE: Norma da asserção; Conhecimento; Asserções altruístas; Asserções enganadoras.

IS KNOWLEDGE A FUNDAMENTAL CONDITION FOR PROPER ASSERTION?

ABSTRACT:

In this paper I consider two counterexamples by Jennifer Lackey (2007) to Knowledge norm of assertion (KNA) in order to argue that this norm is not fundamental to making epistemically appropriate assertions. The two counterexamples discussed involve what Lackey calls selfless assertion and misleading assertion. The selfless assertions are epistemically appropriate, but they are made without belief or with some doubt regarding the belief. Therefore, these are appropriate assertions that do not require knowledge of the asserted proposition, indicating that the KNA is not fundamental. Misleading assertions, on the other hand, are assertions made with knowledge of the asserted proposition, but the person making the assertion knows that it will lead the listener to form false beliefs. Such assertions should be prohibited, yet the KNA cannot prohibit them because they involve knowledge. This too suggests that the KNA is not fundamental to making appropriate assertions.

KEYWORDS: Norm of assertion; Knowledge; Selfless assertions; Misleading assertions.

¹Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA, Brasil. Professor(a) da Secretaria de Estado da Educação (SEED – SERGIPE), Aracaju – SE, Brasil.

1. Introdução

Asserção está sendo aqui considerada como um ato de fala, produzido em contextos reais de conversa, por alguém que tem como objetivo principal a transmissão de informação. Devido a isso, o ato assertórico parece pressupor necessariamente uma condição epistêmica, já que é muito comum entender a transmissão de informação como algo que compromete quem está passando a informação com a transmissão de conhecimento ou, ao menos, crença justificada. Segundo muitas vozes, a condição epistêmica para a asserção apropriada é conhecimento. Sob essa perspectiva, conhecimento seria, então, a norma para uma asserção apropriada.

A norma do conhecimento da asserção (NCA) tem, entre seus defensores, Jason Stanley (2005), Keith DeRose (2002) John Hawthorne (2004) e Timothy Williamson (1996, 2000). Esse último assume o papel de principal proponente da NCA.

Neste artigo, faço um destaque de dois pontos centrais de um contraexemplo à NCA apresentado por Jennifer Lackey (2007). Os pontos a serem considerados envolvem o que Lackey chama de “asserções altruístas” (*selfless assertion*) e “asserções enganadoras”. As asserções altruístas podem ser apresentadas, dentre outras coisas, como exemplo de asserções apropriadas sem envolver crença, consequentemente, sem envolver a posse de conhecimento por parte do Falante-A². As asserções enganadoras, por sua vez, representam um tipo de asserção inadequada que toda e qualquer norma da asserção apropriada deveria proibir, mas que a NCA não tem recursos para fazê-lo.

2. Asserções apropriadas na ausência de crença

Para exemplificar as asserções altruístas Lackey (2007, p. 598-9) apresenta três casos, os quais serão resumidos a seguir. O primeiro é o que ela chama de JURADO RACISTA (*Racist juror*). Martin é um jovem que foi criado por pais racistas em uma comunidade de mente fechada. Durante a maior parte de sua vida ele compartilhou as crenças de seus familiares e amigos. Quando vai para a faculdade ele logo começa a reconhecer algumas causas e consequências do racismo. Nesse período ele é chamado para ser jurado em um caso de estupro de uma mulher branca por um homem negro. Quando avalia as fracas evidências da acusação e as fortes evidências em favor da inocência do réu, Martin é capaz de reconhecer que o acusado não cometeu o crime. Apesar disso, ele ainda tem um sentimento que não o permite acreditar totalmente na inocência do homem negro. Ao refletir, porém, ele percebe que tal sentimento tem como base o racismo que ainda carrega, sendo assim, considerando as evidências, sente-se na obrigação de decidir pela inocência do réu, mesmo não acreditado totalmente nela. Ao sair do tribunal, um amigo pergunta a Martin se o homem estuprou a mulher, ele, então, afirma “não, o cara não a estuprou”. Nesse caso, se ele asseriu sem acreditar totalmente, então, asseriu sem saber.

O segundo caso é o MÉDICO DESNORTEADO (*distraught doctor*): Sebastian é um pediatra e especialista em vacinas infantis. Ele reconhece que toda evidência científica disponível mostra que não há qualquer relação entre vacinas e autismo. No entanto, logo depois que sua filha de 18 meses, em bom estado de saúde, recebeu uma de suas vacinas, seu aspecto começou a mudar e em seguida recebeu o diagnóstico de autismo. Sebastian tem consciência que os sinais de autismo normalmente surgem nessa idade, sem qualquer relação com vacinas, mas o seu abatimento com o diagnóstico de sua filha é tanto que abala suas fortes crenças sobre vacinas. Em certo momento, os pais de um de seus pacientes perguntam a Sebastian sobre a legitimidade dos rumores sobre alguma relação entre vacinas e autismo. Ciente que está passando por um

² Trata-se de um termo técnico que significa “um falante de asserção”. Um sujeito qualquer, competente em uma língua, que faz uma asserção direta, nas circunstâncias do “jogo” real de uma conversa, com intuito de transmitir informação.

trauma emocional e que esse pode ser o motivo de sua dúvida sobre vacinas, e, ainda, de sua obrigação de sempre apresentar o que é mais provavelmente verdadeiro a seus pacientes, Sebastian afirma que “não há qualquer relação entre vacinas e autismo”. Assim, ao asserir duvidando de suas crenças, ou seja, não acreditando totalmente nelas, Sebastian asseriu sem saber.

O terceiro caso é o da PROFESSORA CRIACIONISTA (*creationist teacher*): Stella é uma professora do quarto ano, muito religiosa. Com base em sua fé, ela acredita no criacionismo. Apesar disso, ela reconhece que a evidência científica disponível sustenta a teoria da evolução. Reconhecendo que sua crença no criacionismo se deve à sua fé religiosa pessoal, Stella, então, entende que religião não é algo que se deve impor a todos ao seu redor, inclusive a seus alunos do quarto ano. Tendo em mente seu dever como professora de apresentar material sustentado pela melhor evidência disponível, enquanto ministra sua aula de biologia Stella afirma: “o *homo sapiens* moderno evoluiu do *homo erectus*”. Sendo que asseriu sem acreditar, Stella também asseriu sem saber.

Segundo Lackey (2007, p. 599), esses três exemplos de asserções altruístas têm os seguintes componentes centrais: primeiro, o Falante-A não acredita (totalmente ou só parcialmente, não importa) que *p*; segundo, apesar de não acreditar, ele tem consciência de que *p* é bem sustentada por toda evidência disponível; terceiro, ele realiza uma asserção sem correlação com seu estado doxástico de crer e, conseqüentemente, sem saber que *p*. As razões que o leva a não acreditar e, portanto, a não saber que *p*, são razões puramente não epistêmicas. Por outro lado, porque tem consciência das evidências disponíveis, o Falante-A, então, afirma que *p*. Ao afirmar, sua asserção está adequadamente sustentada nas evidências disponíveis, porém, sem crença e, portanto, sem conhecimento.

Diante de uma asserção altruísta, como as que vimos nos três casos acima, temos a sensação de que o Falante-A não merece ser criticado por asserir sem conhecimento, muito pelo contrário, merece ser elogiado. Dito de outro modo, ao realizar uma asserção altruísta, o Falante-A viola a norma do conhecimento da asserção e ao mesmo tempo não merece ser criticado por isso, e sim elogiado. A sensação de não merecimento de crítica está sustentada justamente no fato de que o Falante-A baseia sua asserção nas boas evidências disponíveis, que não correspondem a seu estado doxástico, mas fornece o *status* de “apropriada” à sua asserção.

A base de sustentação da NCA, nesse caso, é a explicação de que o sentimento de irrepreensibilidade do Falante-A, em situações como a descrita acima, se deve ao fato de que existe um segundo sentido de propriedade/impropriedade. Se o Falante-A pensa razoavelmente que sabe, mas na verdade não tem conhecimento, em um sentido secundário, sua asserção é apropriada, embora seja inapropriada em um sentido primário, devido à falta de conhecimento. De acordo com o que afirma DeRose (2002, p.180), é porque a asserção é apropriada no tal sentido secundário que o Falante-A não merece crítica, mas no sentido primário, sua asserção continua inapropriada, indicando assim que a NCA é a norma da asserção³. Veremos a seguir como esse ponto de apoio à NCA pode ser questionado.

O problema, segundo Lackey (2007, p. 604), é que simplesmente não existe um sentido secundário de propriedade/impropriedade para um ato. Se um Falante-A agiu apropriadamente

³ DeRose, para preservar a NCA, diante da intuição de não merecimento de culpa por parte do Falante-A, explica que, assim como ocorre com outras regras, existe um sentido secundário de propriedade/impropriedade que é compatível com a NCA. Diz ele: “[e]nquanto os que asserem apropriadamente (com respeito a essa regra [a NCA]), em um sentido primário, serão aqueles que realmente a obedecem, um Falante-A que violou essa regra de uma maneira irrepreensível (asseriu alguma coisa que não sabia, mas razoavelmente pensou que sabia) terá, em algum sentido secundário, asserido apropriadamente, e um Falante-A que afirmou alguma coisa que ele pensou que não sabia, mas de fato sabia (se é que isso é possível), terá asserido impropriamente em um sentido secundário” (DeRose, 2002, p.180).

(fez uma asserção apropriada), então, não violou a norma da asserção. Se não violou a norma da asserção, então, não merece crítica enquanto Falante-A. Do contrário, se seu ato resultou numa asserção inapropriada, então, violou a norma e por isso merece censura. “Simplesmente não há espaço para os atos serem secundariamente próprios ou impróprios”, é o que afirma Lackey (2007, p. 604). Veremos a seguir, de maneira muito resumida, um contraexemplo que ela apresenta à referida noção de sentido secundário.

Resumindo o que diz Lakey (2007, p. 605-6), as normas da asserção são regras que precisam ser seguidas para que o Falante-A possa oferecer uma asserção apropriada, assim como um jogador de um esporte competitivo precisa seguir as regras do jogo para fazer jogadas apropriadas. Sendo assim, imagine que Toby, um jogador de basquete, perde sua lente de contato no momento do jogo. Se por causa da falta da lente, Toby, embora pense que não, ultrapassa a linha de jogada e faz um lançamento que resulta em ponto, como isso não é correto, o árbitro anulará o ponto. O lançamento foi inapropriado e por isso o jogador violou as regras que governam o jogo em questão. O que Toby terá a seu favor, nesse caso, será apenas uma excelente desculpa (a falta da lente) para o seu passe inapropriado. Não há qualquer sentido secundário em que seu passe seja considerado apropriado. Se, por outro lado, Toby, embora sem mérito (pois não consegue enxergar a linha de jogada) fizesse o lançamento sem ultrapassar a linha, o árbitro confirmaria seu lançamento como apropriado e concederia o ponto, pois Toby não violou a regra do jogo. Não há aqui qualquer sentido secundário em que o lançamento de Toby, nesse caso, seja inapropriado. Seus adversários não irão considerar que houve trapaça, apenas que Toby não teve mérito ao marcar o ponto. As mesmas considerações podem ser aplicadas à prática assertória. Diz Lakey,

[a]plicando essas considerações à prática da asserção, deve ficar claro que as noções de propriedade e impropriedade secundárias são espúrias. Se o Falante-A asseriu que *p*, violando uma norma da asserção, então, relativo à meta da asserção apropriada, o Falante-A *não deveria ter feito a asserção em questão*. Se o Falante-A asseriu que *p* porque ele razoavelmente acredita que ao asserir que *p* satisfaz a norma da asserção, mesmo que de fato não satisfaça, ele pode ser, então, irrepreensível ou ter uma boa desculpa para oferecer uma asserção imprópria. Porém, isso não torna a asserção ou o Falante-A apropriados em qualquer sentido razoável (ou secundário). (Lackey, 2007, p. 606, *itálicos da autora*).

Os defensores da NCA reconhecem que é contraintuitivo alguém violar uma norma e não merecer crítica por isso, como acontece quando o Falante-A viola a NCA e permanece irrepreensível. Sendo assim, eles precisam da noção de um sentido secundário de propriedade/impropriedade, em relação à norma da asserção, para que a NCA possa ser mantida. Contudo, na mesma esteira do que diz Lackey (2007, p. 608), a noção do tal sentido secundário é espúria, e assim sendo, isso pode ser tomado como uma boa razão para concluir que a própria NCA (ou qualquer outra norma que dependa da noção de sentido secundário em questão) é falsa.

Os defensores da NCA também acreditam encontrar apoio em uma análise específica das asserções do paradoxo de Moore. Eles argumentam que é somente por causa da tese de que apenas conhecimento garante a asserção apropriada que podemos explicar, de forma clara, o que há de errado com as asserções do paradoxo mooreano⁴. Quando afirmo “que *p*”, embora eu não expresse

⁴ O paradoxo consiste no seguinte: quando alguém afirma “gato preto dá azar e eu não sei disso” na primeira parte da conjunção não está dito de forma alguma “eu sei ou acredito que gato preto dá azar”, por isso, não há qualquer problema lógico com a frase. No entanto, ao mesmo tempo parece contraditório afirmar algo e em seguida dizer que não acredita ou sabe o que foi afirmado. Segundo os defensores da NCA o que explica o erro em asserções do tipo “*p* e eu não sei que *p*” é o fato de naturalmente e legitimamente ser pressuposto por qualquer usuário competente de uma língua que o que está sendo asserido implicitamente é “eu sei que *p* e eu não sei que *p*”, isto é, uma contradição. Portanto, isso mostraria que a garantia para uma asserção apropriada é fornecida pelo conhecimento que o Falante-A deve ter do conteúdo asserido.

a proposição “eu sei que *p*”, isso é automaticamente e legitimamente pressuposto por todo falante competente de uma língua, ao ouvir uma asserção direta num contexto real de fala, dirão os advogados da NCA. O que haveria de errado com asserções do paradoxo de Moore, então, seria que elas são contradições. Quando eu digo “que *p*, mas eu não acredito ou sei que *p*”, implicitamente estou dizendo ou me comprometendo com “eu sei que *p*, mas não acredito ou sei que *p*”, ou seja, uma contradição, a qual se tornaria evidente pelo fato de o conhecimento ser naturalmente pressuposto para toda e qualquer asserção.

Em contrapartida, com base na concepção de asserções altruístas de Lakey (2007), penso que é possível, de forma breve e simples, questionar essa outra suposta base de apoio a NCA. Podemos usar as asserções altruístas para dizer que a NCA não tem como explicar o que há de errado com pelo menos um dos tipos de asserções do paradoxo de Moore. Martin, o jurado racista, ao asserir “o cara não a estuprou”, para seu amigo de infância, ao mesmo tempo possui sentimentos racistas que o faz não ter confiança total na crença da inocência do homem negro. Se ele tem alguma desconfiança na referida crença, logo, não podemos dizer que ele sabe o que asseriu. Sendo assim, Martin poderia perfeitamente afirmar: “o cara não a estuprou, mas eu não sei isso”.

Na mesma direção, o pediatra Sebastian pode afirmar “não há qualquer relação entre vacinas e autismo, mas eu não sei isso”, e a professora Stella poderá também afirmar “o *homo sapiens* moderno evoluiu do *homo erectus*, mas eu não sei isso”. Sendo, esse tipo de asserção, epistemicamente bem sustentado e, ao mesmo tempo, sem envolver crença nem conhecimento, então, a NCA perde mais um ponto de apoio. Os defensores da NCA não têm como dizer o que há de errado com as asserções do paradoxo de Moore, na versão das asserções altruístas. Não pode porque são epistemicamente perfeitas e, sendo assim, a NCA não pode proibi-las. Por outro lado, também não pode aceitá-las como asserções apropriadas, pois não envolvem conhecimento. Se assim, posso dizer que existem asserções que a NCA nem se quer pode captar. Isso, portanto, pode ser tomado como boa evidência para afirmar que a NCA é falsa, já que é tida como a norma de toda e qualquer asserção.

Para lidar com as asserções altruístas, evitando os problemas que afligem a NCA, Lackey (2007, p. 595) propõe, então, uma nova alternativa para a norma da asserção, a “norma assertórica do razoável para crer” (NARPC). Tal norma diz que “deve-se asserir que *p* somente se (i) for razoável para crer que *p*, e (ii) uma vez que o Falante-A asseriu que *p*, assim o fez, pelo menos em parte, porque era razoável para ele acreditar que *p*” (Lakey, 2007, p. 608). Sendo assim, é importante notar que essa norma exige o que seja *razoável para acreditar* e não que *razoavelmente se acredite*. Exigir apenas que a asserção seja feita quando for razoável para acreditar permite que a NARPC aceite os casos de asserções altruístas como instâncias de asserções apropriadas. Apesar desse tipo de asserção não envolver crença nem conhecimento é razoável que se acredite na sua verdade.

Com a NARPC é possível ainda questionar mais dois pontos importantes que os defensores da NCA utilizam como suporte, a saber, os desafios às asserções e as solicitações de asserções (*prompts*). Em defesa da NARPC de Lackey, Rhys McKinnon (2012) explica que partindo do “princípio de uma resposta totalmente adequada” poderemos ver que desafios ao conhecimento de um Falante-A e os *prompts* podem ser adequadamente respondidos com a apresentação de razões para a asserção.

Em um exemplo elaborado por McKinnon (2012, p. 70-1), James faz a seguinte pergunta a Maria, sua colega, “você sabe em qual horário começa a reunião?”, ao que Maria responde “às 16:00hs”. McKinnon argumenta que respostas totalmente adequadas a desafios desse tipo requerem apenas que Maria dê ou apresente suas razões para ela pensar que a reunião começará às 16:00hs. Se James continua e pergunta “como você saber?”, Maria poderá responder, por exemplo, que leu em um memorando e num pôster que a reunião começará às 16:00hs. Ela não

terá que demonstrar que sabe. Ao mesmo tempo sua resposta atende ao princípio de uma resposta completamente adequada. Se uma resposta totalmente adequada aos desafios e *prompts* em questão consiste em fornecer razões, isso aponta para uma norma da asserção baseada em razões.

Os defensores da NCA apoiam-se na ideia de que há uma pressuposição que se impõe à resposta de Maria à pergunta “como você sabe?”. Eles defendem que Maria, ao dar sua resposta, automaticamente e implicitamente aceita a pressuposição de saber. Contudo, estou inclinado a concordar com McKinnon (2012, p. 71-2) em relação a uma diferença importante entre o uso popular e o uso feito por epistemólogos do termo “saber”. Escreve McKinnon (2012, p. 71), “[...] o uso popular de ‘saber’ e seus cognatos não é tão forte e específico como o conceito dos epistemólogos [...], o sentido popular de ‘certo’ e ‘certeza’ não é certeza epistêmica”. Uma resposta afirmativa a “você tem certeza disso?”, segundo McKinnon (2012, p. 71), “muitas vezes apenas comunica que o falante está muito confiante na asserção”, e não que ele sabe.

Quando deixamos claro para um Falante-A comum que, com o desafio ou *prompt*, estamos solicitando conhecimento ou certeza, ele geralmente hesita em responder diretamente. Se James deixa claro para Maria que ele está solicitando conhecimento ou certeza, Maria poderá hesitar em responder diretamente. Ela pode responder o seguinte “bem, talvez eu não saiba, mas está escrito no memorando e no pôster que a reunião começará às 16:00hs”. Sendo assim, essa mudança no padrão de resposta é evidência contra a ideia da imposição da pressuposição de saber. As pessoas, em seus intercâmbios conversacionais comuns, respondem diretamente a um desafio ou *prompt* porque é automaticamente pressuposto que o ato de fornecer razões é dar uma resposta totalmente adequada. Na verdade o “como” em “como você sabe?” solicita diretamente razões epistêmicas. Isso vale tanto para desafios e *prompts* fracos como para os fortes, tal como os que requerem certeza (McKinnon, 2012, p. 76). Portanto, os desafios e *prompts* são mais bem interpretados como solicitando razões epistêmicas e não necessariamente conhecimento, favorecendo assim a NARPC de Lackey.

Por fim, lembremos que, em relação às asserções de loteria – outro ponto de apoio importante para a NCA –, o problema com tais asserções é, segundo os defensores da NCA, a falta de conhecimento. Ao asserir “seu *ticket* não ganhou” um Falante-A faz uma asserção com base em excelente evidência probabilística, mas sem conhecimento. Por conta disso, essas asserções são sempre impróprias, dirão os defensores da NCA. Ao fazer uma asserção inapropriada o Falante-A viola a norma da asserção e sendo que a impropriedade se dá pela falta de conhecimento, então a norma violada seria a norma do conhecimento da asserção.

Outro aspecto que evidenciaria que o conhecimento é a norma da asserção é que geralmente o Ouvinte-A fica *ressentido* quando descobre que a base para a asserção “seu *ticket* não ganhou” era apenas evidência probabilística. O ressentimento se dá porque ao fazer a asserção de loteria o Falante-A leva o Ouvinte-A a acreditar que ele, o Falante-A, possui informação privilegiada sobre o resultado da loteria, ou seja, conhecimento sobre o tal resultado, o que não é o caso. Portanto, nesse contexto, críticas ao Falante-A são adequadas e asserções de loteria não são permissíveis, devido à falta de conhecimento.

Vejam agora, com o auxílio de alguns aspectos do argumento de Lackey (2007), como essa defesa da NCA, envolvendo as asserções de loteria, pode ser questionada. Resumidamente, em relação às asserções de loteria, levarei em consideração três pontos apresentados por Lackey (2007, p. 617-618). O primeiro ponto é que não é universalmente aceito que não se tem conhecimento de proposições de loteria. Partindo de uma concepção falibilista do conhecimento, por exemplo, não é óbvio que excelente base probabilística para uma proposição de loteria verdadeira não seja adequada para conhecimento.

Segundo, mesmo supondo que nunca temos conhecimento de proposições de loteria, nem sempre as asserções diretas dessas proposições são impróprias, não permitidas, causam

ressentimento ou são criticáveis. Por exemplo, se meu irmão está desempregado e mesmo assim pretende fazer uma dívida alta em seu cartão de crédito, baseando-se no resultado do sorteio de loteria que já aconteceu, mas que ainda não se tornou público, é apropriado e permissível que eu diretamente diga para ele “seu *ticket* não ganhou”. Esse exemplo é semelhante aos que Lackey (2007, p. 618) elabora e, embora ela não deixe claro, é importante observar que tais exemplos são de caráter pragmático. Em contextos pragmáticos os exemplos funcionam bem, pois, nesses contextos, além de apropriado e permissível asserir diretamente para meu irmão “seu *ticket* não ganhou”, asserções como essa não causam ressentimento nem merecem crítica. Por isso, seria, no mínimo, estranho dizer que violam a norma da asserção.

Terceiro, mesmo admitindo que não se tenha conhecimento acerca de proposições de loteria, que a asserção dessas proposições seja imprópria, que por conta da asserção de loteria o Ouvinte-A possa se ressentir, que asserções desse tipo estejam adequadamente sujeitas à crítica e que não sejam permitidas, o problema central dessas asserções não é a falta de conhecimento, mas sua natureza enganadora. Para esclarecer, vejamos um exemplo a seguir, inspirado nos casos de Lackey (2007, p. 614).

O LADRÃO DE LIVROS: Pedro, Maria, João e Rosa estão no refeitório da Universidade onde estudam. Pedro sabe que João roubou o livro da biblioteca que o bibliotecário estava à procura hoje pela manhã. Ele sabe também que Rosa tem fortes suspeitas que foi Maria quem roubou o livro. Não obstante, Pedro faz a seguinte asserção para Rosa “a pessoa que roubou o livro da biblioteca está aqui nesse refeitório”.

Analisando o exemplo acima, posto que é fato que o ladrão do livro está no refeitório, podemos ver que a proposição asserida por Pedro é razoável, verdadeira e conhecida por ele. Sendo assim, sua asserção atende à NARPC, a uma possível norma da verdade da asserção (NVA) e, também, à NCA. Apesar disso, é possível perceber que a asserção de Pedro é problemática e que ele, Pedro, está sujeito a críticas, ou seja, por algum motivo a asserção feita por Pedro é imprópria e, conseqüentemente, não permitida.

Embora sua asserção seja razoável, verdadeira e conhecida, em adição a isso, Pedro pode antecipar ou saber que ao asserir “a pessoa que roubou o livro da biblioteca está aqui nesse refeitório” Rosa irá formar a crença falsa de que Maria roubou o livro da biblioteca. O problema central aqui é, então, a natureza enganadora da asserção em questão. Nesse caso, nenhuma das três normas citadas acima tem recursos para identificar a não permissibilidade desse tipo de asserção. As asserções de loteria têm a mesma natureza, elas são asserções que levam ao engano e, sendo assim, esse é o real motivo delas não serem permissíveis e do Ouvinte-A⁵ se ressentir.

Se eu digo, de forma direta, para um Ouvinte-A “seu *ticket* não ganhou”, apenas com base em evidência probabilística, eu levo o Ouvinte-A ao engano. Em tais situações, por causa de minha asserção, o Ouvinte-A irá formar a crença falsa de que eu tenho informação privilegiada acerca do resultado da loteria. Quando o Ouvinte-A souber que minha asserção está baseada apenas em evidência probabilística ele irá se ressentir, mas não precisamente porque eu deveria saber que “seu *ticket* não ganhou”, mas porque ele foi induzido ao engano por uma asserção que eu, enquanto Falante-A, sabia que era enganadora. A natureza enganadora das asserções de loteria causa ressentimentos no Ouvinte-A, deixa o Falante-A sujeito a críticas, evidenciando que tais asserções são impróprias, pois violam uma norma da asserção, sendo assim, não devem ser permitidas. Escreve Lackey: “[e]m particular, nos casos em que é verdadeiramente impróprio asserir proposições de loteria, tais asserções serão frequentemente não permitidas precisamente porque elas são enganadoras [...]” (Lackey, 2007, p. 618, *itálicos da autora*). Por conseguinte, isso

⁵ Trata-se de um termo técnico que significa “ouvinte de uma asserção”. Uma pessoa qualquer, competente em uma língua, que ouve uma asserção direta, nas circunstâncias do “jogo” real de conversa e que espera receber informação epistemicamente adequada de um Falante-A.

indica que existe uma norma adicional governando a asserção, uma norma que identifica a impropriedade das asserções enganadoras. Segundo Lackey (2007, p. 617), essa norma é a norma da asserção não enganadora, que tem a seguinte forma em sua versão acabada:

NANE: *S* deve asserir que *p* no contexto *C* somente se não for razoável para *S* acreditar que a asserção que *p* será enganadora em *C*, relativo aos propósitos do intercâmbio conversacional em questão.

Com a NANE podemos identificar corretamente a impropriedade das asserções enganadoras, dentre elas as asserções de loteria. A NCA, por sua vez, não tem recursos para proibir asserções enganadoras como as do caso do ladrão de livros. Assim, fica claro que essa norma não é a norma fundamental ou imprescindível da asserção.

3. Considerações finais

Neste artigo considerei dois aspectos de um contraexemplo elaborado por Lackey que confronta a NCA. Esses dois aspectos envolvem o que ela chama de asserções altruístas e asserções enganadoras. No caso das asserções altruístas, são asserções que não envolvem crença, consequentemente, não envolvem conhecimento, ao mesmo tempo que são epistemicamente adequadas, indicando, assim, que conhecimento não é a norma da asserção. No caso das asserções enganadoras, são asserções inapropriadas que devem ser proibidas por qualquer norma assertórica, no entanto a NCA não tem recurso para proibi-las. Isso mostra que a NCA permite asserções impróprias, por isso, não seria a norma fundamental da asserção.

Como vimos nos três exemplos apresentados por Lackey (médico com distúrbio, jurado racista e a professora criacionista), quando o Falante-A realiza uma asserção altruísta, assim o faz com, pelo menos, algum importante abalo na confiança de sua crença, logo, sem conhecimento. Nesse caso, o ponto importante a ser observado é que ao mesmo tempo em que o Falante-A produz uma asserção sem conhecimento ele não merece ser criticado por isso, mas, ao contrário, merece ser elogiado, pois sua asserção é epistemicamente adequada. Os advogados da NCA explicam o sentimento de irrepreensibilidade do Falante-A afirmando que há um segundo sentido de próprio/impróprio envolvendo as normas em geral, mas Lackey contra-argumenta, por meio do exemplo do jogador de basquete, afirmando que não há um tal sentido secundário de próprio/impróprio. Ou asserimos apropriadamente e cumprimos com a norma ou asserimos impropriamente e violamos a norma. Ou seja, não há um sentido primário em que violamos a norma e, ao mesmo tempo, um sentido secundário em que não violamos.

Os defensores da NCA argumentam que o que explica a contradição das asserções mooreanas é o fato de que quando asserimos sempre nos comprometemos com o conhecimento da proposição asserida. No entanto, as asserções altruístas são um tipo de asserções mooreanas que não envolvem conhecimento, mas são epistemicamente adequadas. A NCA, por isso, não tem como dizer o que há de errado com as asserções mooreanas na versão altruísta, nem tem como proibi-las, pois, são epistemicamente adequadas.

Vimos ainda que parece muito plausível a diferenciação que McKinnon faz entre o uso popular de “saber” e esse mesmo uso feito por epistemólogos. De acordo com o uso comum de “saber”, o que se pressupõe de um Falante-A é que ele forneça razões quando suas asserções e respostas a *prompts* são desafiadas e não que demonstre saber ou ter certeza. Assim, ao se fazer um uso comum da noção de “saber”, não é intuitivamente pressuposto, pelos falantes competentes de uma língua, que o Falante-A tenha conhecimento ou certeza da proposição asserida, mas que ele seja capaz de responder, quando desafiado, por meio de razões que sustentem a proposição asserida. Uma indicação clara de que é assim é o fato que quando fica explícito que se espera conhecimento ou certeza é muito comum que o responsável pela asserção hesite em confirmá-la.

Por fim, com base no argumento de Lackey, existe uma norma adicional que governa as asserções, a norma das asserções não enganadoras (NANE). Com essa norma, por exemplo, é possível identificar adequadamente a impropriedade de asserções como as de loteria. Como vimos, é devido à natureza enganadora das asserções de loteria que o Ouvinte-A se ressentido, e não porque o Falante-A faz uma asserção sem conhecimento. A NCA não tem como proibir as asserções enganadoras, já que é possível produzir esse tipo de asserção em posse de conhecimento, ao mesmo tempo que essas asserções podem levar o Ouvinte-A a formar crenças falsas por engano. Assim sendo, a NCA não pode ser considerada a norma fundamental da asserção.

Referências

- DeRose, Keith. Assertion, knowledge and context. *Philosophical review*, v. 111, n. 2, p. 167-203, apr. 2002.
- HOWTHORNE, J. *knowledge and lotteries*. Oxford: University Press, 2004.
- Lakey, Jennifer. Norms of assertion. *Noûs*, v. 41, n. 4, p. 594-626. 2007.
- MCKINNON, Rhys. How do you know that ‘how do you know?’ challenges a speaker’s knowledge?. *Pacific philosophical quarterly*, California, v. 93, p. 65-83, 2012.
- MOORE, G. E. Russell’s “theory of descriptions”. In: SCHILPP, P. A. (ed.). *The philosophy of Bertrand Russell*. 2ª ed. London: Cambridge University Press, 1946. p. 175-225.
- STANLEY, J. *Knowledge and practical interests*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Williamson, T. Knowing and asserting. *The philosophical review*, 105, 1996. p. 489-523.
- WILLIAMSON, T. *Knowledge and its limits*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Daniel Ramos dos Santos. danielramos5@yahoo.com.br